

NOVEMBRO 2021

RADAR SOCIOAMBIENTAL

ENTREVISTA COM
JOANA SIMONI E
JULIANNA MALERBA



PLATAFORMA
SOCIOAMBIENTAL

Autoras: Carolina Alves, Maria Beatriz Peixoto
Mello e Priscilla Papagiannis
Coordenação: Maureen Santos e Beatriz Mattos

SOBRE A PLATAFORMA SOCIOAMBIENTAL

A Plataforma Socioambiental é um núcleo de pesquisa do Brics Policy Center, *think tank* do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. É um espaço de aprendizagem, disseminação de informação e troca de conhecimento. Seus projetos são dedicados à promoção de pesquisa, de análises críticas e de debates e diálogos que reúnam diferentes setores sobre temas como as principais convenções internacionais sobre meio ambiente, a governança policêntrica do clima e os atores subnacionais, bem como sobre justiça ambiental e climática. Visando a construção e a disseminação de conhecimento, a equipe da Plataforma produz materiais como o podcast Meio Descomplicado, cujos episódios abordam temas socioambientais, de abrangência nacional e internacional, de forma simples e direta; os informes do Radar Socioambiental; assim como policy briefings, fact sheets e papers sobre assuntos aos quais se dedica.

RADAR SOCIOAMBIENTAL

O Radar Socioambiental é uma publicação da Plataforma Socioambiental cujo foco é discutir assuntos importantes para a temática socioambiental nos âmbitos doméstico e internacional. Em sua 45ª edição, o Radar Socioambiental apresenta trechos da entrevista realizada com Joana Simoni, coordenadora de Programas e Projetos de Agricultura da Fundação Heinrich Böll no Brasil, e Julianna Malerba, assessora do Grupo Nacional de Assessoria da FASE e membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Nesta entrevista, conversamos sobre o web dossiê “Flexibilização da Legislação Socioambiental: retrocessos no direito à terra e ao território”, um projeto da Fundação Heinrich Böll Brasil com a FASE.

FLEXIBILIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: RETROCESSOS NO DIREITO À TERRA E AO TERRITÓRIO

Nesta nova edição, o Radar Socioambiental apresenta a transcrição da entrevista sobre a 3ª edição do web dossiê “Flexibilização da Legislação Socioambiental: Retrocessos no Direito à Terra e ao Território” da Fundação Heinrich Böll Brasil com a FASE. A conversa contou com a presença de Joana Simoni e Julianna Malerba, ambas editoras do webdossiê.

Joana Simoni é coordenadora de programas e projetos de agricultura da Fundação Heinrich Böll no Brasil, pesquisadora pós-doc no Programa de Pós-Graduação de Geografia na PUC-Rio, associada ao Grupo de Estudos Urbanos e Rurais (Grupo Urais), doutora em Geografia e mestre em Desenvolvimento Rural. Julianna Malerba, é assessora do Grupo Nacional de Assessoria da ONG FASE, membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, doutoranda em planejamento urbano e regional pelo IPUR da UFRJ.

Ao longo da conversa, foram discutidos assuntos como os motivos para elaborar a 3ª edição do web dossiê sobre flexibilização da legislação ambiental, quais são os impactos dessas flexibilizações e desregulamentações no direito à terra e ao território no Brasil, como o desenvolvimento brasileiro é atrelado à questão fundiária e o que se espera das contribuições do dossiê para o debate fundiário e socioambiental no país.

No final deste radar, está disponível o link para acessar os materiais do web dossiê. Boa leitura!



DIREITO À TERRA E AO TERRITÓRIO COM A FLEXIBILIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AGRÁRIA

Plataforma Socioambiental: Como surgiu a ideia de fazer esse documento sobre o direito à terra e território? Como esses direitos estão sendo cada vez mais desrespeitados e destruídos hoje em dia?

Joana Simoni: Em primeiro lugar, é preciso falar que esse é o terceiro web dossiê, de uma série produzida pela Fundação Heinrich Boll e seus parceiros como a FASE. Infelizmente, isso significa que as chamadas flexibilizações – ou seja, os desmontes, os retrocessos, as precarizações do nosso aparato legal e informativo, que regula esses direitos socioambientais – vem se tornando cada vez mais intensas e cada vez mais profundas. Então o que a gente vê é uma agenda agrária e ambiental brasileira que já vem sendo duramente atacada desde de muito tempo e isso vem se agravando. A gente pode lembrar das alterações no Código Florestal em 2012, na legislação agrária, na legislação trabalhista em 2016, que buscam atender interesses do agronegócio e de setores como as agroexportadoras e as multinacionais.

Lá em 2017, já preocupados com esse processo, a gente [a Fundação Heinrich Böll Brasil] vai lançar a primeira edição desse web dossiê e dois anos depois vai entregar uma atualização, apontando para um cenário ainda mais grave de desregulação e de retrocessos. Só para pontuar rapidamente, em 2017 a gente já via processos políticos acontecendo. Por exemplo, a gente estava vivendo a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário, a FUNAI sofrendo uma redução drástica, muitos ataques ao processo de demarcação de Terras Indígenas, à titulação de Terras Quilombolas, (...)

Joana Simoni: (...) uma fragilização no aparato de licenciamento ambiental, etc. E no segundo web dossiê, em 2019, a gente vai mostrar o aprofundamento desses retrocessos, já sob a chancela do atual governo. Vão ser mais numerosas as formas e as frentes de desmontes das legislações socioambientais, levando inclusive ao aumento da ocorrência de crimes ambientais. Para destacar alguns pontos desse momento, a gente pode trazer então a ampliação dos desmontes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a mesma coisa em relação ao Instituto Chico Mendes (ICMBio), a multiplicação de proposições no Congresso para flexibilizar o licenciamento ambiental, que vai afetar, por exemplo, também os povos indígenas. Nesse momento, a gente estava batendo recorde, e infelizmente a gente já superou esse recorde, em relação a quantidade de agrotóxicos liberados.

Então assim, para pontuar rapidamente, que esse processo não é um processo contemporâneo, mas é uma coisa que vem se arrastando a muito tempo. Essa constante ameaça ao meio ambiente, aos povos indígenas, às comunidades quilombolas e aos demais povos e comunidades tradicionais... que vão ocorrer – isso não de forma exclusiva, mas tem uma força esse processo – por proposições legislativas e aparatos normativos ou a própria reestruturação das legislações já existentes. E a gente vê é que dados e análises hoje em dia nos mostram que esse é o momento da nossa história que a gente está sofrendo os ataques mais intensos e reiterados à legislação socioambiental e agrária.

“Esse é o momento da nossa história que a gente está sofrendo os ataques mais intensos e reiterados à legislação socioambiental e agrária”

Plataforma Socioambiental: E como é que isso leva então à questão do direito à terra e ao território?

Julianna Marleba: A estrutura agrária do Brasil – e quando eu estou falando de estrutura agrária a gente está pensando na estrutura de propriedade, de posse e de uso da terra no Brasil – sempre foi marcada pelas terras nas mãos de poucos e pelo domínio de ocupação territorial muito predatórias, marcada sempre pelo uso intensivo da terra e dos recursos. A gente tem visto nesse processo tem se intensificado e levado a um processo de flexibilização e retrocessos na garantia ao direito a terra e ao território. Ainda hoje a concentração fundiária do Brasil é super alta. Os dados do último Censo Agropecuário de 2017 informam que 1% dos estabelecimentos rurais existentes no país concentram 47% das terras agrícolas, só para a gente ter uma ideia do que que isso significa.

“ *A estrutura agrária do Brasil [...] sempre foi marcada pelas terras nas mãos de poucos e pelo domínio de ocupação territorial muito predatórias, marcada sempre pelo uso intensivo da terra e dos recursos* ”

No entanto, graças à luta social, a Constituição de 1988 definiu um regime fundiário-jurídico para as terras no país que representa uma inflexão nesse processo. Esse regime disciplina o uso da terra, visando justamente alterar essa estrutura agrária, essa estrutura de propriedade, posse e uso da terra histórica no Brasil. E o que esse regime fundiário nos diz? Ele primeiro, busca garantir terra para quem não tem, então é um regime fundiário que estabelece a (...)

Julianna Malerba: (...) reforma agrária como uma política de Estado. Também esse regime fundiário constitucional reconhece as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, quilombolas e pelas demais comunidades tradicionais. É um regime fundiário que estabelece a conservação ambiental e da biodiversidade como uma prioridade pro uso da terra no Brasil. E, por fim, é um regime fundiário que disciplina as relações produtivas determinando que o direito à propriedade tem que estar condicionado a sua função social e ambiental.

“ [...] Graças à luta social, a Constituição de 1988 definiu um regime fundiário-jurídico para as terras no país que representa uma inflexão nesse processo. Porque ele disciplina o uso da terra, visando justamente alterar essa estrutura agrária, essa estrutura de posse e uso da terra histórica no Brasil ”

Além de condicionar o direito de propriedade ao cumprimento de sua função social e ambiental ele diz que as terras públicas tem que ser, prioritariamente, destinadas para reforma agrária – e no Brasil ainda existem muitas terras públicas a serem destinadas; este regime também estabelece que é preciso o Estado criar espaços territorialmente protegidos para justamente garantir o direito ao meio ambiente equilibrado; e também esse regime estabelece as terras étnicas, que são as Terras Indígenas, as Terras Quilombolas, que ao serem protegidas pela Constituição oferecem as bases, inclusive, para que outros territórios tradicionalmente ocupados sejam protegidos também.

Julianna Malerba: Esse regime fundiário dá as bases para que seja alterado esse modo de ocupação histórico e concentrado da terra. E muito fundado justamente na conservação ambiental e no reconhecimento de direito à terra. Nesse sentido, essas leis constitucionais elas oferecem um contraponto a essa história de ocupação predatória da terra no Brasil, de ausência de direito à terra, e estabelece uma série de novos direitos.

Além do fato desse regime fundiário não ter sido ainda plenamente implementado pelo Estado, o que a gente está vivendo atualmente, que tem a ver com esse processo que a Joana mencionou, é uma tentativa cada vez mais agressiva de desmontar esse regime fundiário que eu mencionei. E uma tentativa implementada sobretudo por setores econômicos ligados a atividades intensivas e recursos naturais, como é o caso do agronegócio e da mineração. Porque para esses setores não interessa um regime fundiário que disciplina o uso da terra no país, de modo a impor limites justamente a essa dinâmica expansionista. Para esses setores não interessa que a terra não tenha uma valorização sempre mercantil, que ela não sirva como base de acumulação fundiária para fins produtivo e especulativo.

“**Além do fato desse regime fundiário não ter sido ainda plenamente implementado pelo Estado, o que a gente está vivendo atualmente [...] é uma tentativa cada vez mais agressiva de desmontar esse regime [...]. E uma tentativa implementada sobretudo por setores econômicos ligados a atividades intensivas e recursos naturais, como é o caso do agronegócio e da mineração**”

“Porque para esses setores não interessa um regime fundiário que disciplina o uso da terra no país, de modo a impor limites justamente a essa dinâmica expansionista. Para esses setores não interessa que a terra não tenha uma valorização sempre mercantil, que ela não sirva como base de acumulação fundiária para fins produtivo e especulativo”

Julianna Malerba: A constituição amplia o conceito de terra com base em outras referências que não apenas a mercantil: considera a importância da conservação, da garantia de direito e da reprodução de modos alternativos de uso e posse da terra. E o que, justamente nesse momento o web dossiê tenta mostrar, são quais as estratégias institucionais que estão sendo promovidas pelo próprio Estado por pressão desses setores [agroexportadores e extrativistas], para desmontar esse regime.

Estamos assistindo à paralisação de políticas de reforma agrária e de reconhecimento territorial, paralisação de políticas em apoio a agricultura familiar, a regularização de terras griladas, entregas de títulos individuais nos assentamentos de reforma agrária para justamente colocar as terras dos assentamentos nos mercados de terras. E, ao mesmo tempo, uma série de Projetos de Lei, no bojo do processo que já vinha ocorrendo antes estão sendo apresentados para flexibilizar as normas ambientais e facilitar a entrada desses empreendimentos nessas terras que estão disciplinadas sob esse regime que eu mencionei.

O nosso objetivo nesse dossiê é reafirmar a importância (...)



Julianna Malerba: (...) desse regime fundiário, fazer com que a sociedade tome consciência da sua importância para mudar o rumo de desenvolvimento do país e inclusive essa dinâmica predatória de desmatamento que a gente vive. E, por outro lado, é também alertar a sociedade para as consequências sociais e ambientais se a gente permitir que esses direitos sejam desestruturados a partir dessas iniciativas que eu citei.

MERCANTILIZAÇÃO DE TERRAS E MEIO AMBIENTE

Plataforma Socioambiental: Falando sobre os ataques aos direitos territoriais e sobre a terra, porque a mercantilização de terras, observada nos últimos anos e intensificada no governo Bolsonaro é ruim para o meio ambiente, para os povos e pro próprio Brasil?

Joana Simoni: Eu acho que é bastante interessante que você destaque como esse processo de ataque ele é múltiplo, para o meio ambiente, para os povos e para o Brasil e como eles estão inter relacionados. De fato, o processo de mercantilização da terra ele vem ocorrendo não só nos últimos anos, mas remonta ao próprio surgimento da propriedade privada com o encercamento de terra, que dão início a um processo de expropriações que vem se tornando cada vez mais críticos, como a gente pretende mostrar também nesse web dossiê. Há cada vez mais mecanismos normativos ou fragilização de mecanismos já alcançados que permitem o avanço dessa dinâmica, mercantilizando não só as terras, mas diversos bens comuns, como a água, a biodiversidade e por aí vai. Eu queria falar e destacar que tudo isso, e no caso do Brasil ainda mais fortemente, está muito relacionado ao modelo de agricultura que nós conhecemos.



“Há cada vez mais mecanismos normativos ou fragilização de mecanismos já alcançados que permitem o avanço dessa dinâmica, mercantilizando não só as terras, mas diversos bens comuns, como a água, a biodiversidade e por aí vai. Eu queria falar e destacar que tudo isso, e no caso do Brasil ainda mais fortemente, está muito relacionado ao modelo de agricultura que nós conhecemos”

Joana Simoni: O geógrafo David Harvey, ele vai nos apontar como o desenvolvimento do agronegócio está atrelado a um processo de acumulação por espoliação, que vai passar necessariamente pela mercadificação e pela privatização da terra e pela expulsão violenta das populações tradicionais, das populações do campo, pela conversão de várias formas de direito de propriedade como Juliana comentou, então propriedade comum, coletiva, pública e direitos exclusivos de propriedade privada. Passa também pela violação dos direitos dos povos originários, das terras partilhadas, pela mercantilização da própria força de trabalho e pela destruição de outras formas possíveis de produção, de outras formas possíveis de consumo e de troca, a troca passa a necessariamente ser monetizada.

Enfim, a gente vê então essa apropriação de bens como a terra e os recursos naturais ocorrendo de forma muito crítica. E esse processo de pilhagem vai se manter, só que ele vai precisar abrir outras formas de acumulação. Ou seja, a gente vai precisar de mais terra colocada no mercado, a gente vai precisar instrumentalizar novas áreas para o mercado de terras sem se preocupar com a função socioambiental das (...)



Joana Simoni: (...) terras. E o que a gente vê que está relacionado e talvez seja uma nova etapa, um novo momento dessa mercantilização é aquilo que a gente chama, e que vai ser bastante discutido pelos trabalhos do web dossiê, da financeirização da terra.

O que é isso? Quando a gente pensa na materialidade das atividades agrárias, da vida presente nesses territórios, a gente vai ver que cada vez mais eles estão sobre a mira de atores ligados aos interesses financeiros. Assim, a terra além de ser mercadoria, alguma coisa que a gente compra e vende, ela também passa a ser um ativo financeiro. Ela vai estar ligada então a esse capital financeiro, esse capital especulativo, num contexto que a gente chama de uma financeirização da economia mundial. É importante a gente destacar que tem uma profunda relação com essa questão da flexibilização ou dessa desregulamentação da legislação socioambiental, porque tem esse projeto de liberalizar algumas terras protegidas por aparatos normativos, o que muitas vezes é fruto de uma luta histórica por justiça socioambiental – a gente pode lembrar aqui das reservas (...)

“E o que a gente vê que está relacionado e talvez seja uma nova etapa, um novo momento dessa mercantilização é aquilo que a gente chama [...] da financeirização da terra. O que é isso? Quando a gente pensa na materialidade das atividades agrárias, da vida presente nesses territórios, a gente vai ver que cada vez mais eles estão sobre a mira de atores ligados aos interesses financeiros. Assim, a terra além de ser mercadoria, alguma coisa que a gente compra e vende, ela também passa a ser um ativo financeiro

”

Joana Simoni: (...) extrativistas, das reservas indígenas, das próprias unidades de conservação – para facilitar a entrada desses investimentos. Esses investimentos podem ser produtivos, como a Juliana já nos lembrou, quando a gente pensa nos projetos de mineração, nos próprios monocultivos, na pecuária extensiva, mas eles também podem – e cada vez mais os são – financeiros, especulativos. Tem essa busca por uma valorização financeira da terra que a gente pode ver, por exemplo, muitos estudos que demonstram cada vez mais um crescimento de fundos de investimento que são atrelados à terra como mercadoria. Isso é um processo que a gente vê se intensificando, que sem dúvida afeta a questão agrária no Brasil.

“É importante [...] destacar que tem uma profunda relação com essa questão da flexibilização ou dessa desregulamentação da legislação socioambiental, porque tem esse projeto de liberalizar algumas terras protegidas por aparatos normativos [...] para facilitar a entrada desses investimentos”

O Ariovaldo Umbelino de Oliveira já dizia que a qualidade da terra mercadoria é a principal problemática agrária, e para dar mais uma pitada de complexidade nessa questão, a gente vê que tem muitos estudos apontando além disso, para o que a gente chama de uma estrangeirização da terra. Ou seja, além de tudo isso, cada vez mais a gente vê uma entrada de capital estrangeiro nesse mercado de terras do Brasil. Então, esse processo todo ele leva ou tem levado à expulsão dos povos dos seus territórios ou à violação de direitos nas formas como esses povos fazem uso desse território, com a relação que eles têm com esse território. A gente vai ver (...)

Joana Simoni: (...) por exemplo, como a própria ideia de terra comunal vai ser atacada por uma política de titulação que prevê necessariamente a propriedade privada e particular da terra. Tudo isso, como a gente já falou, é apoiado pela ausência de legislação ou pela retirada de direitos e desses aparatos normativos ou até mesmo por drásticas reduções orçamentárias nessas políticas de direito à terra e ao território, facilitando então essa desapropriação, essa mercantilização e a privatização.

E por que a gente fala de terra e território? Quando a gente fala de território, a gente está fazendo alusão a esse espaço vivido, a esse espaço sobre qual determinada população tem autonomia, então é um espaço que tem particularidades, que tem singularidades, que têm diferentes formas de uso, diferentes tipos de relação das pessoas, das populações que vivem nesses territórios. São os territórios da vida. Já a mercadoria, ela não é particular, singular, ela é fungível, ela é equivalente. Então essa relação simbólica, afetiva ou até mesmo prática que um povo tem com o seu território ela não pode ser substituída como uma mercadoria. Uma mercadoria, um carro que tem um modelo com determinada especificação, esse ou esse carro com mesmo modelo e especificação não faz diferença, é a mesma mercadoria.

“Quando a gente fala de território, a gente está fazendo alusão a esse espaço vivido, a esse espaço sobre qual determinada população tem autonomia, então é um espaço que tem particularidades, que tem singularidades, que têm diferentes formas de uso, diferentes tipos de relação das pessoas, das populações que vivem nesses territórios. São os territórios da vida”

Joana Simoni: Isso não é o caso quando a gente fala e pensa em território. Então eu acho que a questão da terra e do território é um ponto chave para a gente tentar compreender esse processo da mercantilização da vida como um todo. E mesmo os povos que possuem outras cosmovisões, outras relações com a terra, se veem sujeitados a esse processo.

“*A questão da terra e do território é um ponto chave para a gente tentar compreender esse processo da mercantilização da vida como um todo*”

E, para encerrar, eu acho interessante a gente pensar como a mercantilização da terra, e a gente pode adicionar aqui também a privatização dos bens comuns, vai estar atrelada a essa crise ambiental – o que já é muita coisa se a gente parar para pensar, uma vez que leva a um tipo de uso da terra que intensifica o desmatamento, a monocultura, o uso excessivo de agrotóxicos, a degradação como a gente já comentou de grandes projetos ligados a mineração, por exemplo –, mas vai além. Isso vai estar atrelado a uma crise energética, uma vez que esse modelo de uso hegemônico da terra leva também a uma crise hídrica, por exemplo. A uma crise social, uma vez que esse projeto de reconcentração fundiária que vai necessariamente levar ao aumento da desigualdade. A gente pode pensar inclusive na crise do abastecimento de alimentos do mercado interno e a crise da própria soberania alimentar, levando a uma coisa que a gente tem escutado muito hoje em dia, infelizmente, que é o aumento da fome. Tem múltiplos aspectos do impacto desse processo cada vez maior e mais crítico de mercantilização das terras.




DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO E A QUESTÃO FUNDIÁRIA

Plataforma Socioambiental: Nesse sentido, olhar para a questão fundiária como um eixo central do debate sobre desenvolvimento contribui para enxergar os problemas históricos brasileiros, como a desigualdade? E também contribui para compreender a expansão do complexo agroindustrial do Brasil?

Julianna Malerba: A desigualdade no Brasil está historicamente relacionada à forma como foi estruturada a propriedade, a posse e o uso da terra no Brasil. Se a gente fizer uma reflexão histórica, vai ver que o sistema de produção agroexportador, baseado na agricultura de larga escala, sempre organizou as bases produtivas hegemônicas na história do Brasil. Esse sistema sempre precisou de muita mão de obra e a forma que a elite agrária historicamente encontrou para manter essa força de trabalho voltada a atender essa produção após o fim da escravidão, foi dificultar o acesso a terra aos africanos libertos, aos demais cidadãos pobres e aos migrantes.

“ *A desigualdade no Brasil está historicamente relacionada a forma como foi estruturada a propriedade, a posse e o uso da terra no Brasil. Se a gente fizer uma reflexão histórica, a gente vai ver que o sistema de produção agroexportador, baseado na agricultura de larga escala, sempre organizou as bases produtivas hegemônicas na história do Brasil* ”



Julianna Malerba: A monopolização da propriedade da terra foi sempre um instrumento de controle sobre o trabalho no Brasil, sempre foi estruturador da desigualdade. Porque democratizar o acesso à terra significaria estimular o desenvolvimento de pequenas unidades produtivas autônomas, dá autonomia, portanto, a esses camponeses, e isso encareceria o custo da mão de obra e a tornaria ela mais escassa para os complexos agroexportadores da época, pensando na produção do café, na produção da cana, e foi justamente nesse momento onde se institui a propriedade privada no Brasil. Então a propriedade privada foi instituída na Lei de Terras, em 1850, de modo a manter a terra cativa. Você “liberta” – liberta entre muitas aspas – os escravizados, mas mantém a terra presa, para justamente controlar essa força de trabalho.

“ *A propriedade privada foi instituída na Lei de Terras, em 1850, de modo a manter a terra cativa. Você “liberta” – liberta entre muitas aspas – os escravizados, mas mantém a terra presa, para justamente controlar essa força de trabalho* ”

E isso é muito estruturador da desigualdade no Brasil. Sem terra, quais foram as opções que foram possíveis a essa massa de trabalhadores? Ou trabalhar de maneira subordinada nessas grandes fazendas, ou ir para a cidade, onde eles também não tiveram acesso à terra, tiveram que morar de forma precarizada nas periferias, tiveram que autoconstruir suas casas em terrenos sem nenhuma segurança fundiária e servir também como mão de obra barata, como força de trabalho barata para o processo de industrialização que vinha a seguir.

Julianna Malerba: Então, a falta de acesso à terra sempre foi um eixo estruturante da desigualdade no Brasil e segue sendo. Porque apesar desse regime fundiário que eu mencionei que representa uma ferramenta muito potente para se alterar isso, na medida que possibilita, de fato, distribuir a terra no país, reconhecer as terras que são tradicionalmente ocupadas por esse campesinato que nunca teve o acesso estável, seguro, legal à terra... E essas formas de destinação da terra tocam em algo que a Joana falou que é muito importante: a maior parte delas são retiradas do mercado, justamente para garantir a segurança fundiária para quem as ocupa.

Mesmo os assentamentos de reforma agrária onde se prevê a entrega de um título de propriedade às famílias após a consolidação do assentamento, não são imediatamente tornados propriedade privada – embora o que a gente vai mostrar nesse web dossiê é que hoje o Estado está tentando titular rapidamente os assentamentos para liberar essas terras para o mercado. Por isso, esses instrumentos constitucionais são fundamentais para quebrar com essa estrutura de desigualdade, com esse mecanismo estruturador da desigualdade.

“A falta de acesso à terra sempre foi um eixo estruturante da desigualdade no Brasil e segue sendo”

Todo esse processo tem relação com a formação dos complexos agroindustriais, na década de 1960, quando esse modelo da produção em larga escala – que é histórico – vai se converter nessa estrutura que integra a indústria à agricultura. Isso é feito por meio de um processo de modernização conservadora, puxado pelas mãos do Estado, que preservou a grande propriedade.

Julianna Malerba: Aumentou a concentração fundiária nesse período com o Estado estimulando a integração entre a indústria, que passa a oferecer insumos para o setor agrícola (trator, semente, veneno), e ao mesmo tempo para que tipo de produção, para que tipo de propriedade? Para a grande propriedade monocultora, é isso que vai acontecer, baseado sempre na concentração e no aumento da concentração fundiária.

Nesse momento, o controle sobre a força de trabalho diminui porque também esse processo de modernização faz com que a intensidade de mão de obra diminua, não era mais necessário tantos braços para essa produção agrícola, no entanto, se manteve a mesma estrutura fundiária e gerou um fluxo de migração para as cidades e para as outras áreas do país, tornando a questão da concentração da terra, da desigualdade, da falta de acesso aos bens naturais ainda mais intenso. Isso só amplia os níveis de desigualdade e quando a gente tem a possibilidade de uma inflexão, com a conquista desses direitos [à terra] a gente está vendo justamente o processo de retrocesso, de nem sequer permitir que esses direitos sejam de fatos implementados. E o pior, que eles estão sendo desconstruídos do ponto de vista da norma, das leis. Isso vai representar uma ampliação da desigualdade, uma ampliação da concentração fundiária no Brasil, dos níveis de fome e certamente já tem ampliado a violência no campo, como a gente mostra também no web dossiê. Então, de fato, se a gente não desconcentrar a terra no Brasil, a gente não vai resolver a desigualdade estrutural que organiza as relações sociais no país.

“ *Se a gente não desconcentrar a terra no Brasil, a gente não vai resolver a desigualdade estrutural que organiza as relações sociais no país* ”

CONTRIBUIÇÕES DO WEBDOSSIÊ NO DEBATE AO DIREITO À TERRA E AO TERRITÓRIO

Plataforma Socioambiental: Como vocês, Joana e Juliana, esperam que os materiais publicados no web dossiê “Flexibilização da Legislação Socioambiental: Retrocessos no direito à terra e ao território” contribuam para o debate sobre o direito à terra e ao território frente a esse desmonte da legislação socioambiental brasileira? E como podemos e devemos incluir as comunidades tradicionais e os povos indígenas no centro desse debate?

Joana Simoni: O que o web dossiê quer mostrar, quer instigar principalmente é demonstrar e discutir como esses desmontes têm na sua base a questão do ataque ao direito à terra e ao território, com o intuito de ampliar essa quantidade de terras disponíveis ao mercado. O que significa então, na prática, a transformação da terra em mercadoria, do alimento em commodity, do alimento em agroenergia. E tudo isso acompanhado de um processo, como a Juliana também trouxe, de cada vez menos políticas governamentais de reforma agrária, cada vez menos políticas fundiárias que teriam esse objetivo de diminuir a concentração de terra.

Então, o que a gente espera com esse dossiê é que ele traga bons embasamentos, boas provocações em relação a essa discussão que abarca tanto a questão ambiental como a questão dos direitos aos povos, aos povos indígenas, às comunidades tradicionais, em relação aos seus territórios. A gente quer que isso promova e apoie processos na garantia desses direitos territoriais e na justiça socioambiental. E, além disso, especialmente nesse momento com esse (...)

“ O que o web dossiê quer [...] principalmente é demonstrar e discutir como esses desmontes têm na sua base a questão do ataque ao direito à terra e ao território, com o intuito de ampliar essa quantidade de terras disponíveis ao mercado. O que significa então, na prática, a transformação da terra em mercadoria, do alimento em commodity, do alimento em agroenergia. E tudo isso acompanhado de um processo [...] de cada vez menos políticas governamentais de reforma agrária, cada vez menos políticas fundiárias que teriam esse objetivo de diminuir a concentração de terra ”

Joana Simoni: (...) esforço, dar destaque ao ponto inicial inserido nesse debate que trata do acesso, da permanência e do direito à terra e ao território. Buscando com esse conjunto de materiais expor esse momento de intensos e contínuos ataques às bases da legislação socioambiental que ameaçam o meio ambiente e os povos indígenas, as comunidades quilombolas e os demais povos e comunidades tradicionais através dessas proposições legislativas.

Então, a gente espera que esse web dossiê mobilize a sociedade civil, colabore para trazer para o centro do debate a presença e a importância dessas comunidades se engajando nesse debate que é tão importante e que fortaleça então os processos, as atuações de resistência que já existem, de processos de resistência que já estão mobilizados, mas que fortaleça essas resistências a esse desmonte e a essa desregulação ambiental e social, dos direitos sociais no Brasil.



Julianna Malerba: Eu acho que a Joana já sistematizou muito bem a nossa expectativa. O que eu acrescentaria é o fato de que a gente espera que esse web dossiê também dê visibilidade às conexões que existem entre a questão agrária, que se refere à estrutura fundiária no Brasil, a forma como está organizada a propriedade, a posse e o uso da terra no Brasil e a questão ambiental. No Brasil essas conexões são muito fortes. A forma como foi estruturada a propriedade no Brasil, essa propriedade concentrada e desigual, tem muita relação com a forma conforme foi organizado também o uso dos espaços territoriais, o uso hegemônico, o uso prioritário e muito predatórios que são dados à terra e aos recursos naturais.

“ *A gente espera que esse web dossiê também dê visibilidade às conexões que existem entre a questão agrária, [...] a forma como está organizada a propriedade, a posse e o uso da terra no Brasil e a questão ambiental* ”

Estudos recentes mostram que justamente as áreas protegidas, as terras indígenas, as demais terras tradicionalmente ocupadas, apresentam níveis de conservação muito mais altos se a gente compara com a situação da biodiversidade no seu entorno. Esses dados, se confrontados com as dinâmicas de desmatamento na Amazônia, impulsionadas por esse modelo de ocupação territorial hegemônico, revela justamente que o regime fundiário que eu tenho mencionado, que está estabelecido na Constituição de 1988 e que todas as políticas de apoio a ele – as políticas de apoio à agricultura familiar, à reforma agrária, aos direitos territoriais, à conservação ambiental... –, tem eficácia social, ambiental, nutricional, inclusive (...)



Julianna Malerba: (...) porque garante a produção das pessoas que estão nesses territórios e também a produção de alimentos saudáveis. Porque não é pela mão do agronegócio que a gente tem comido bons alimentos, é pela mão da agricultura familiar, pela mão dos assentados da reforma agrária... Então esse regime fundiário tem uma base socioambiental muito forte, que também é fruto da luta social. O que é a base socioambiental? É o reconhecimento do papel que esses sujeitos que estão reivindicando o direito à terra têm para a conservação da (... biodiversidade, para a produção de alimentos saudáveis e para a construção de um projeto alternativo de uso e ocupação da terra no Brasil.

Então, a nossa expectativa é que o webdossiê dê visibilidade a isso e mostre o papel que a garantia do direito à terra e ao território – previsto na Constituição, assegurado por várias políticas que foram estruturadas para esse fim e estão sendo desmontadas –, o papel que essas políticas e que essas leis têm para mudar os rumos do desenvolvimento, os rumos do futuro do nosso país, para garantir melhores condições de vida e condições ambientais para as nossas gerações e para as gerações futuras, para garantir distribuição da riqueza social, que sempre foi um desafio enorme para o Brasil.

“*A nossa expectativa é que o webdossiê [...] mostre o papel que a garantia do direito à terra e ao território [...] tem para mudar os rumos do desenvolvimento, os rumos do futuro do nosso país, para garantir melhores condições de vida e condições ambientais para as nossas gerações e para as gerações futuras*”



WEBDOSSIÊ



A 3ª edição do webdossiê Flexibilização da Legislação Socioambiental conta com diversos materiais para apresentando os retrocessos no direito à terra e ao território e discutindo os seus impactos em diversas frentes. Clique na imagem acima para ler o webdossiê na íntegra!



O Episódio 11 do Meio Descomplicado, o podcast da Plataforma Socioambiental, apresenta na íntegra a conversa com Joana Simoni e Julianna Malerba, editoras do webdossiê. Clique na imagem para escutar esse e os outros episódios do Meio Descomplicado na sua plataforma de streaming preferida!

RADARES E ESTUDOS



Leia as publicações da Plataforma Socioambiental! Publicamos o terceiro estudo do Observatório dos Subnacionais, sobre as políticas ambientais e climáticas do Distrito Federal. Também publicamos mensalmente um novo Radar Socioambiental.

Clique na imagem para ter acesso a página da Plataforma no site do Brics Policy Center e as demais publicações.

PODCAST



O 45º Radar Socioambiental apresenta trechos da entrevista realizada com Joana Simoni e Julianna Malerba para o Episódio 11 do Meio Descomplicado, o podcast da Plataforma Socioambiental.

Clique na imagem para escutar esse e outros episódios do Meio Descomplicado na sua plataforma de streaming preferida!

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer à Joana Simoni e Julianna Malerba por aceitarem o nosso convite para a entrevista, por cederem seu tempo e seus saberes conosco.

Gostaríamos de agradecer também à Fundação Heinrich Böll Brasil pelo apoio concedido para a realização do Podcast e das publicações.

Por fim, demonstramos nosso agradecimento ao Thiago Corrêa, da Estopim Podcasts, pela assistência prestada ao Meio Descomplicado, o Podcast da Plataforma Socioambiental.



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS

